



## PODER

# Bolsonaro e Valdemar retomam conversas

Moraes revoga medidas cautelares contra o líder do PL, inclusive a que o proibia de se encontrar com o ex-presidente devido às investigações sobre tentativa de golpe de Estado. O dirigente partidário foi indiciado pela PF no caso, mas a PGR não o denunciou

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou, ontem, as medidas cautelares contra o presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, o que permitirá que o dirigente retome contato com o ex-presidente Jair Bolsonaro. A decisão ocorreu após o líder da legenda ir à Corte fazer o pedido ao magistrado.

Moraes é o relator, no STF, do inquérito que apura uma tentativa de golpe de Estado por parte de Bolsonaro e de outros 33 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O argumento da defesa de Valdemar é de que o presidente do PL não consta entre os implicados pelo órgão, o que foi acatado pelo ministro do Supremo.

“No caso de Valdemar Costa Neto, embora o investigado tenha sido indiciado no relatório final apresentado pela autoridade policial, a Procuradoria-Geral da República, ao exercer a sua *opinio delicti*, não denunciou o investigado, razão pela qual, em relação a ele, não estão mais presentes os requisitos necessários à manutenção das medidas cautelares anteriormente impostas”, afirmou Moraes.

Bolsonaro e Valdemar estavam proibidos de manter contato desde 8 de fevereiro de 2024. O ex-presidente ainda não pode conversar com outros investigados pela trama golpista — que tinha como objetivo reverter o resultado das eleições de 2022 —, como os ex-ministros Augusto Heleno, Walter Braga Netto e Anderson Torres.

Com a decisão de ontem, Valdemar poderá voltar a falar com Bolsonaro e com militares, além de recuperar seu passaporte e a permissão de viajar para fora do país. Os bens apreendidos também serão devolvidos pela Justiça.

“Em relação ao requerimento de restituição de bens, igualmente, assiste razão à defesa, pois há ausência de interesse na manutenção da apreensão dos bens apreendidos em posse de Valdemar Costa Neto, pois a perícia e análise dos dados já foram realizadas pela Polícia Federal e, conforme anteriormente mencionado, não houve oferecimento de denúncia pela Procuradoria-Geral da República”, acrescentou Moraes na decisão.

### Ex-presidente

A defesa de Bolsonaro apresentou um recurso contestando a decisão do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, de manter os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino como aptos no julgamento sobre a denúncia da trama golpista. Os advogados insistem que a decisão deve ser do plenário da Corte.

Barroso negou os pedidos da defesa para afastar Zanin e Dino do processo. Segundo o magistrado, não há justificativa legal para impedi-los. Os advogados sustentam que os ministros devem ser considerados impedidos por terem movido, no passado, ações na Justiça contra o ex-presidente. Eles fazem parte da Primeira Turma da Corte — que vai julgar se Bolsonaro se torna réu por tentativa de golpe de Estado.

Essa estratégia também é usada pela defesa do general Walter Braga Netto, que pediu a suspensão do relator do caso, Alexandre de Moraes, e o afastamento de Dino do processo. Caberá a Barroso se manifestar a respeito.

Dino entrou com uma queixa-crime contra Bolsonaro enquanto era governador do Maranhão; Zanin, por sua vez, assinou outro processo semelhante, na época em que atuava como advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Reprodução/YouTube



Valdemar Costa Neto não foi denunciado pela PGR, ao contrário de Bolsonaro e outros 33 investigados pela PF

### » Estratégia ousada

A defesa de Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais no governo Jair Bolsonaro, optou por uma estratégia ousada e “suicida” no inquérito do golpe. Os advogados pediram que os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sejam impedidos de participar do processo. A defesa sabe que a perspectiva de vitória é quase inexistente, mas insiste na argumentação para jogar luz sobre o que considera um processo “arbitrário, vingativo e inquisitorial”. Filipe Martins é um dos 34 acusados pela PGR de ter participado da tentativa de golpe para manter Bolsonaro no poder após a derrota nas eleições de 2022.

### Deputados viram réus

A Primeira Turma do STF decidiu, por unanimidade, acatar a denúncia da PGR e tornar os deputados do PL Josimar Maranhãozinho (MA) e Pastor Gil (MA) e o suplente Bosco Costa

(SE) réus por suspeita de desvio de dinheiro de emendas parlamentares. O Ministério Público Federal (MPF) imputou ao trio os crimes de corrupção passiva e organização criminosa.

Segundo a denúncia, os deputados pediram R\$ 1,66 milhão em

propina ao então prefeito de São José do Ribamar (MA), Eudes Ribeiro, para enviar uma emenda de quase R\$ 7 milhões ao município. A Polícia Federal afirmou que Bosco Costa usava a mulher e o filho na destinação de parte dos recursos indicados pela suposta organização criminosa, que também contava com agiotes, blogueiros e empresários.

Os investigadores indicam que o grupo exigia, inclusive fazendo ameaças com armas, a devolução de 25% dos valores de emendas que indicava para a saúde da cidade.

O julgamento ocorreu no plenário virtual da Corte. Votaram pelo recebimento da denúncia os ministros Cristiano Zanin (relator), Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Luiz Fux.

## Supremo amplia foro

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, ampliar o dispositivo do foro privilegiado para autoridades. Por 7 votos a 4, os ministros concluíram que elas devem continuar sendo investigadas pela Corte mesmo depois de deixarem as funções em que teriam cometido o crime.

Pela regra atual, se um político com foro (ministros, senadores e deputados) comete um crime, como homicídio, furto, sequestro, sem relação com o cargo ou mandato, o inquérito deve ocorrer na primeira instância da Justiça. No entanto, se o delito tem relação com o mandato ou a função exercida, como crime de corrupção, o caso fica no Supremo enquanto durar o mandato.

Ontem, a maioria dos ministros votou para fixar a seguinte tese: “A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício”.

O caso analisado é um habeas corpus movido pela defesa do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), réu em uma ação penal na Justiça Federal do Distrito Federal, quando era deputado federal, por ter supostamente ordenado que servidores de seu gabinete devolvessem 5% de seus salários para o Partido Social Cristão (PSC), seu então partido. Ao longo do tempo, o político foi eleito vice-governador do Pará e senador, e o processo acabou transferido para outras instâncias da Justiça. (LP)

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Moraes derruba proibição de contato de Bolsonaro com Valdemar

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou a medida liminar que impedia o contato do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, com o ex-presidente Jair Bolsonaro, que não se encontravam havia mais de um ano. A decisão foi tomada no âmbito do inquérito que apura uma tentativa de golpe de Estado pelo ex-presidente e aliados.

Valdemar não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) nesse caso, porque não surgiu nenhuma prova efetiva de que estaria envolvido na invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Os prédios dos Três Poderes foram vandalizados por bolsonaristas em 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proibição de contato entre ambos foi tomada em fevereiro de 2024, com objetivo de impedir a obstrução da Justiça. A Polícia Federal chegou a indiciar Valdemar, mas a PGR teve outro entendimento. A defesa do presidente do PL,

então, solicitou a suspensão das medidas, até porque as investigações sobre o suposto envolvimento do presidente do PL foram concluídas.

Outras medidas cautelares adotadas contra Valdemar também foram revogadas, como a apreensão de celulares e bens, entre os quais relógios de luxo das marcas Bulgari, Rolex e Piaget. A medida estava sendo considerada abusiva nos meios jurídicos, em que há muitos questionamentos em relação aos ritos que estão sendo seguidos por Moraes.

Os advogados de Bolsonaro trabalham para anular o processo por desrespeito ao devido processo legal. O fato de Valdemar não ter sido denunciado pela PGR tornou a proibição de contato com Bolsonaro uma violação dos direitos do presidente PL, partido ao qual Bolsonaro é filiado.

A decisão ocorre às vésperas de um grande ato que está sendo convocado por Bolsonaro para domingo, em Copacabana, que agora terá a presença de Valdemar. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), já

anunciou que pretende comparecer, o que é uma demonstração de que a aliança entre ambos segue firme e forte.

Ontem, Tarcísio e Bolsonaro participaram da abertura do 14º Salão das Motepeças, evento na Zona Norte de São Paulo. Bolsonaro chamou o governador de SP de “uma grande promessa para o futuro”, mas deu a entender que manterá sua candidatura à Presidência, mesmo inelegível, até a impugnação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Com todo respeito ao Tarcísio, que acho um grande gestor, mas ele sabe que é um pouco mais novo que eu, eu tenho uma experiência, que não é fácil para administrar”, disse o ex-presidente. O ato no Rio é uma manifestação organizada por Bolsonaro para defender a anistia para os acusados de participar dos atos antidemocráticos, que deve se reproduzir em outras cidades do país.

### Chapa dos sonhos

A estratégia de Bolsonaro é transformar o processo sobre a tentativa de

golpe de Estado de 8 de janeiro numa plataforma política, pois o julgamento será longo e terá grande cobertura da mídia. Entre os aliados de Bolsonaro, porém, existe uma grande torcida para que o ex-presidente apoie a candidatura de Tarcísio de Freitas a presidente da República em 2026.

Até agora Bolsonaro não deu sinal de que pretende fazê-lo, nem Tarcísio admite deixar o governo de São Paulo antes de concluir o primeiro mandato. Tudo indica que Bolsonaro fará como Lula em 2018, quando estava sendo processado na Lava-Jato. Manteve a candidatura até ser impugnado e, depois, apoiou o petista Fernando Haddad, atual ministro da Fazenda, na disputa contra Bolsonaro.

A grande interrogação é sobre quem será o candidato indicado por Bolsonaro para substituí-lo, se um dos seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), ou um terceiro nome, que poderia ser o senador Rogério Marinho (PL-RN) ou Tarcísio de Freitas.

Aliados de Bolsonaro pisam em ovos

para tratar das eleições de 2026. Na cúpula do PL, a avaliação é de que Bolsonaro é imprevisível, e somente Valdemar Costa Neto pode convencê-lo a apoiar Tarcísio. A chave seria reproduzir, nas eleições de 2026, a aliança vitoriosa na disputa pela Prefeitura de São Paulo, na qual o prefeito Ricardo Nunes (MDB) derrotou o candidato de Lula, Guilherme Boulos (PSol), com apoio de Tarcísio e Bolsonaro.

Líderes do PSDB, do MDB, do PSD, do PP e do Republicanos articulam essa aliança, com apoio da elite empresarial paulista. A “chapa dos sonhos” da chamada Faria Lima seria um esquema engenhoso: Tarcísio passaria o governo de São Paulo para o vice, Felício Ramuth (PSD), ex-prefeito de São José dos Campos; o prefeito Ricardo Nunes seria o candidato a governador, com Gilberto Kassab de vice. Eduardo Bolsonaro seria candidato ao Senado e o vice de Nunes, Mello Araujo, coronel da PM-SP, indicado por Bolsonaro, assumiria a Prefeitura de São Paulo. Faltou combinar com o chefe.